

# Autopista Litoral Sul S.A.

## Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e Parecer do Auditor Independente;
- Relatório da Administração.

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA LITORAL SUL S.A. (“Autopista Litoral Sul”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.313.969/0001-97, com sede na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625 – Módulos 402.2 e 403, Bairro Roseira de São Sebastião, CEP: 83.070-152, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São José dos Pinhais, 24 de fevereiro de 2022.

**Andre Giavina Bianchi**  
Diretor Executivo de Operações

**Antonio Cesar Ribas Sass**  
Diretor de Operações

**Simone Aparecida Borsato**  
Diretora Econômico e Financeiro /  
Diretora de Relações com  
Investidores

**Giane Luza Zimmer Freitas**  
Diretora de Assuntos Regulatórios

**Luiz Marcelo de Souza**  
Diretor de Manutenção

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA LITORAL SUL S.A. (“Autopista Litoral Sul”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.313.969/0001-97, com sede na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625 – Módulos 402.2 e 403, Bairro Roseira de São Sebastião, CEP: 83.070-152, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São José dos Pinhais, 24 de fevereiro de 2022.

**Andre Giavina Bianchi**  
Diretor Executivo de Operações

**Antonio Cesar Ribas Sass**  
Diretor de Operações

**Simone Aparecida Borsato**  
Diretora Econômico e Financeiro /  
Diretora de Relações com Investidores

**Giane Luza Zimmer Freitas**  
Diretora de Assuntos Regulatórios

**Luiz Marcelo de Souza**  
Diretor de Manutenção



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## Aos Administradores e Acionistas da

**Autopista Litoral Sul S.A.**  
São José dos Pinhais - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.</p> <p>Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.</p> <p>A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliamos do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC;</li> <li>- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>): <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;</li> <li>(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade;</li> <li>(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis;</li> <li>(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;</li> <li>(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e</li> <li>(vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente.</li> </ul> </li> <li>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

### Principais assuntos de auditoria

### Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 93.502 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*):

(i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa;

(ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado;

(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e

(vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo das concessões

Veja as notas explicativas 3(i), 4.11 e 13 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 674.996 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos com ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Sociedade exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade.</li> <li>- Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia.</li> <li>- Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão.</li> <li>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório

da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 23 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen

Contador CRC 1SP293539/O-8

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	777.863	10.962	Financiamentos	13	-	81.830
Aplicações financeiras	5	178.907	6.307	Debêntures	14	(8.416)	-
Contas a receber	6	30.809	23.044	Risco sacado	12	3.720	2.073
Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas	17	4.230	989	Fornecedores	15	48.963	25.011
Impostos a recuperar		5.766	3.645	Arrendamento mercantil a pagar	16	4.968	5.365
Despesas antecipadas		5.590	1.589	Obrigações sociais		12.184	8.757
Adiantamento a fornecedores		803	-	Obrigações fiscais		22.799	6.916
Outros créditos		702	1.120	Imposto de renda e contribuição social a pagar		801	2.713
Total dos ativos circulantes		1.004.670	47.656	Contas a pagar - partes relacionadas	17	5.328	15.648
				Cauções contratuais	15	31.354	25.693
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Taxa de fiscalização		1.118	1.069
Aplicações financeiras vinculadas	8	31.604	31.212	Provisão para manutenção em rodovias	19.b	56.840	68.501
Despesas antecipadas		4.110	3.330	Provisão para investimentos em rodovias	19.c	272	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	93.502	103.717	Juros sobre capital próprio	17	27.416	-
Depósitos judiciais	19.a	61.526	61.744	Outras contas a pagar		64.437	9.609
Outras contas a receber	6	712	360	Total dos passivos circulantes		271.784	253.185
Realizável a longo prazo		191.454	200.363	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
				Financiamentos	13	-	347.294
Direito de uso em arrendamento	9	15.840	20.622	Empréstimos - partes relacionadas	17	1.552.156	1.574.579
Imobilizado	10	13.341	9.694	Debêntures	14	1.973.749	-
Intangível	11	1.643.870	1.512.177	Arrendamento mercantil a pagar	16	11.879	15.476
Infraestrutura em construção	11	2.318.758	1.691.667	Obrigações fiscais		24.315	26.514
		3.991.809	3.234.160	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19.a	13.319	13.218
				Provisão para manutenção em rodovias	19.b	52.424	56.431
Total dos ativos não circulantes		4.183.263	3.434.523	Provisão para investimentos em rodovias	19.c	26.534	24.997
				Total dos passivos não circulantes		3.654.376	2.058.509
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	20	1.378.496	1.347.796
				Prejuízos acumulados		(116.723)	(177.311)
				Total do patrimônio líquido		1.261.773	1.170.485
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.187.933</b>	<b>3.482.179</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.187.933</b>	<b>3.482.179</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo(lucro) exercício líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	1.278.561	699.025
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(1.037.148)	(647.515)
LUCRO BRUTO		241.413	51.510
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	22	(30.184)	(30.844)
Tributárias		2	-
Outras receitas operacionais, líquidas		1.079	1.183
		(29.103)	(29.661)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		212.310	21.849
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	23.024	2.346
Despesas financeiras	23	(96.265)	(46.310)
Variação cambial, líquida	23	(72)	(118)
		(73.313)	(44.082)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		138.997	(22.233)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	(21.085)	(4.337)
Diferidos	7	(10.215)	11.855
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		107.697	(14.715)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	25	0,0752	(0,0103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	107.697	(14.715)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>107.697</u>	<u>(14.715)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Prejuízos acumulados	Total	
		Subscrito	A integralizar			Integralizado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.497.996	(180.200)	1.317.796	(162.596)	1.155.200
Prejuízo do exercício		-	-	-	(14.715)	(14.715)
Aumento de capital		-	30.000	30.000	-	30.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1.497.996</u>	<u>(150.200)</u>	<u>1.347.796</u>	<u>(177.311)</u>	<u>1.170.485</u>
Lucro(prejuízo) do exercício		-	-	-	107.697	107.697
Integralização de capital		-	30.700	30.700	-	30.700
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(47.109)	(47.109)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	20	<u>1.497.996</u>	<u>(119.500)</u>	<u>1.378.496</u>	<u>(116.723)</u>	<u>1.261.773</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro(prejuízo) líquido do exercício		107.697	(14.715)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	22	141.456	126.701
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos	10 e 11	1	-
Baixa de ativos por direito de uso (CPC 06 (R2))	9	23	13.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	10.215	(11.855)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.334)	(711)
Juros e variações monetárias sobre mútuos		60.868	24.020
Juros e variações monetárias de empréstimos	13	2.259	8.827
Juros e variações monetárias de debêntures	14	7.384	-
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	23	9.243	8.265
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19a.	4.396	5.298
Atualização monetária de provisão para riscos regulatórios	19a.	529	3.160
Constituição de provisão para manutenção	19b	41.505	69.370
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(8.295)	(7.077)
Contas a receber - partes relacionadas		(3.241)	(987)
Despesas antecipadas		(4.781)	1.789
Impostos a recuperar		(1.504)	2.214
Outros créditos		418	(65)
Depósitos judiciais		2.557	(25)
Outras contas a receber		178	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(18.718)	(4.468)
Fornecedores - partes relacionadas		(6.347)	8.480
Cauções contratuais de fornecedores		(5.488)	(2.232)
Obrigações sociais		3.427	1.113
Obrigações fiscais		(28.284)	(561)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.059)	(1.482)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(4.824)	(3.837)
Taxa de Fiscalização		49	43
Custo de transação - financiamento		(74.952)	776
Pagamento de juros		(42.759)	(15.570)
Outras contas a pagar		54.828	(1.350)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		226.447	208.972
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de itens do ativo imobilizado		(4.573)	(6.895)
Aquisições de itens do intangível		(759.335)	(400.461)
Aplicação financeira vinculada	8	(529)	(3.106)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	8	854	923
Aplicação financeira	5	(172.600)	621
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(936.183)	(408.918)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	12	22.022	16.996
Pagamento risco sacado	12	(20.353)	(18.208)
Pagamento de arrendamento mercantil		(6.177)	(23.124)
Pagamento de financiamentos - principal	13	(436.928)	(35.800)
Captações de empréstimos - empresas ligadas	17	65.150	233.700
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal		(165.150)	-
Emissão de debêntures		2.550.000	-
Pagamentos debêntures - principal		(550.000)	-
Distribuição juros sobre capital próprio		(12.627)	-
Integralização de capital	20	30.700	30.000
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		1.476.637	203.564
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>766.901</b>	<b>3.618</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>10.962</b>	<b>7.344</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>		<b>777.863</b>	<b>10.962</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
<b>RECEITAS</b>			
Prestação de serviços	21	573.096	376.632
Receita dos serviços de construção	21	750.329	350.289
Outras receitas		7.106	6.078
Juros capitalizados		111.605	55.755
		<u>1.442.136</u>	<u>788.754</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Custo dos serviços prestados	22	(40.852)	(44.831)
Custo dos serviços de construção	22	(750.329)	(350.289)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(23.021)	(23.600)
Custo da concessão		(15.781)	(15.366)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(41.505)	(69.370)
Outros		(9.035)	(9.276)
		<u>(880.523)</u>	<u>(512.732)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<u>561.613</u>	<u>276.022</u>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	22	(141.456)	(126.701)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)</b>		<u>420.157</u>	<u>149.321</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	23	23.024	2.346
Outros	23	(72)	(118)
		<u>22.952</u>	<u>2.228</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u>443.109</u>	<u>151.549</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		35.567	29.603
Benefícios		8.236	7.143
FGTS		1.956	1.879
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		52.937	6.169
Municipais		28.991	19.098
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		9.643	8.827
Juros capitalizados BNDES		21.166	22.052
Juros capitalizados Debentures		59.176	-
Aluguéis		390	524
Outras		25.219	13.246
Remuneração de capitais próprios:			
Juros - debêntures privadas e mútuos		60.868	24.020
Juros capitalizados sobre mútuos		31.263	33.703
Lucro do exercício		<u>107.697</u>	<u>(14.715)</u>
		<u>443.109</u>	<u>151.549</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Autopista Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “*holding*” é a Arteris S.A.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

A Autopista Litoral Sul tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

#### **2. CONCESSÃO**

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceiras faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$71.735 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$1.681.256 (R\$1.260.804 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$566.893 (R\$576.016 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2021 estas obras estão estimadas em R\$453.129 (R\$101.757 em 31 de dezembro de 2020), as quais não estão incluídas no quadro acima.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreu mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

### **Covid - 19**

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema “S” na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 o Grupo Arteris aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 tiveram seus vencimentos postergados e foram depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas e a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### (i) Julgamentos

##### Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

##### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

##### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão.

#### (ii) Estimativas

##### Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

#### Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Sociedade reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19.

#### Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

#### Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

## **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

#### 4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

##### 4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

##### 4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

#### 4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

#### 4.3 Instrumentos financeiros

##### 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### 4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

###### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

#### Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

### 4.5 Imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

#### Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão

divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### 4.6 Outros ativos intangíveis

##### Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### 4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

#### 4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

#### 4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### 4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

##### Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

##### Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

##### Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

#### 4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

#### 4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32);
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- (g) Contratos de Seguros;
- (h) Revisão anual das normas CPC 2018-2020;
- (i) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- (j) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

## 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	2.853	4.259
Aplicações financeiras (*)	<u>775.010</u>	<u>6.703</u>
Total	<u><u>777.863</u></u>	<u><u>10.962</u></u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos (**)	<u>178.907</u>	<u>6.307</u>
Total	<u><u>178.907</u></u>	<u><u>6.307</u></u>

\*As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

\*\*Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,30% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (84,40% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

## 6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	29.245	-	21.381	-
Cupons de pedágio a receber	871	-	891	-
Cartões de pedágio a receber	251	-	201	-
Receitas acessórias a receber (a)	413	530	162	177
Outras receitas a receber	<u>29</u>	<u>182</u>	<u>409</u>	<u>183</u>
Total	<u><u>30.809</u></u>	<u><u>712</u></u>	<u><u>23.044</u></u>	<u><u>360</u></u>

- (a) Receitas acessórias, principalmente dos contratos de oleodutos, gasodutos e derivados referente ao uso da faixa de domínio.

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Cronograma de recebimento:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	30.484	712	22.628	360
Créditos vencidos até 60 dias	325	-	175	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	1	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	240	-
	<u>30.809</u>	<u>712</u>	<u>23.044</u>	<u>360</u>

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	138.997	(22.233)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(47.259)	7.559
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	16.017	-
Outras diferenças permanentes	(58)	(41)
Total	<u>(31.300)</u>	<u>7.518</u>
Imposto contabilizado	(31.300)	7.518
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(21.085)	(4.337)
Diferido	(10.215)	11.855
	<u>(31.300)</u>	<u>7.518</u>
Alíquota efetiva de impostos	(23%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Diferenças temporárias</u>		
<u>ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	211.492	238.520
Provisão de participação nos lucros	4.087	2.192
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	13.319	13.218
Outras provisões	2.136	1.573
Provisão para manutenção de rodovias	109.264	124.932
Amortização acumulada de obras futuras	393	(1.139)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.693	2.168
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(27)	(5)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	<u>989</u>	<u>220</u>
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	345.346	381.679
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u><u>117.418</u></u>	<u><u>129.771</u></u>
 <u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	43.861	37.572
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	<u>(29)</u>	<u>(29)</u>
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(70.341)	(76.630)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u><u>(23.916)</u></u>	<u><u>(26.054)</u></u>
 Base do imposto de renda e contribuição social	<u><u>93.502</u></u>	<u><u>103.717</u></u>

Movimentos de resultados representados por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(27.028)	(5.595)
Provisão de participação nos lucros	1.895	(553)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	101	4.621
Outras provisões	563	(793)
Provisão para manutenção de rodovias	(15.668)	28.433
Amortização acumulada de obras futuras	1.532	1.514
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.525	1.497
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(22)	39
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	769	(582)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	6.289	6.291
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(5)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(30.044)	34.867
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(10.215)</u>	<u>11.855</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(10.215)</u>	<u>11.855</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*).
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2025	3.424
2026	13.696
2027	13.696
Após 2027	<u>41.091</u>
	<u><u>71.907</u></u>

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

## **8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

### BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 40% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$31.604 (R\$31.212 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 95,00% a.a. da variação do CDI (86,20% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

## 9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
<b>Custo direito de uso</b>								
Saldo em 31.12.2020	17.018	3.300	829	989	145	1.217	2	23.500
Remensuração	-	111	-	-	6	25	-	142
Adições/Reversões	1.348	141	34	209	6	(770)	(2)	966
Baixas	-	-	-	(958)	-	(57)	-	(1.015)
Saldo em 31.12.2021	<u>18.366</u>	<u>3.552</u>	<u>863</u>	<u>240</u>	<u>157</u>	<u>415</u>	<u>-</u>	<u>23.593</u>
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 31.12.2020	(283)	(1.559)	(92)	(719)	(21)	(202)	(2)	(2.878)
Amortização	(3.520)	(1.344)	(566)	(362)	(11)	(66)	2	(5.867)
Baixa	-	-	-	992	-	-	-	992
Saldo em 31.12.2021	<u>(3.803)</u>	<u>(2.903)</u>	<u>(658)</u>	<u>(89)</u>	<u>(32)</u>	<u>(268)</u>	<u>-</u>	<u>(7.753)</u>
<b>Direito de uso líquido</b>								
Saldo em 31.12.2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	-	20.622
Saldo em 31.12.2021	14.563	649	205	151	125	147	-	15.840
Taxas de amortização - a.a.	20%	33%	66%	38%	7%	41%	0%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
<b>Custo direito de uso</b>								
Saldo em 31.12.2019	24.098	4.041	855	989	687	502	462	31.634
Adições	17.017	-	1.118	-	-	1.468	77	19.680
Baixas	(24.097)	(741)	(1.144)	-	(542)	(753)	(537)	(27.814)
Saldo em 31.12.2020	17.018	3.300	829	989	145	1.217	2	23.500
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 31.12.2019	(5.355)	(1.256)	(570)	(360)	(332)	(464)	(358)	(8.695)
Amortização	(5.192)	(1.026)	(666)	(359)	(231)	(491)	(181)	(8.146)
Baixa	10.264	723	1.144	-	542	753	537	13.963
Saldo em 31.12.2020	(283)	(1.559)	(92)	(719)	(21)	(202)	(2)	(2.878)
<b>Direito de uso líquido</b>								
Saldo em 31.12.2019	18.743	2.785	285	629	355	38	104	22.939
Saldo em 31.12.2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	-	20.622
Taxas de amortização - a.a.	9%	15%	24%	18%	28%	15%	31%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.  
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.  
(c) Refere-se a veículos administrativos.  
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.  
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.  
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.  
(g) Refere-se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

## 10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (a)	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2020	1.110	3.247	836	330	2.436	329	6.268	14.556
Adições	42	1.210	-	-	1.566	-	1.755	4.573
Transferências/reclassificações(*)	-	-	-	-	-	-	11	11
Alienações/baixas	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
Saldo em 31.12.2021	<u>1.142</u>	<u>4.457</u>	<u>836</u>	<u>330</u>	<u>4.002</u>	<u>329</u>	<u>8.034</u>	<u>19.130</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2020	(914)	(1.446)	(695)	(301)	(1.290)	(216)	-	(4.862)
Depreciações	(56)	(582)	(73)	(44)	(181)	-	-	(936)
Transferências/reclassificações	-	-	-	25	-	(25)	-	-
Alienações/baixas	8	1	-	-	-	-	-	9
Saldo em 31.12.2021	<u>(962)</u>	<u>(2.027)</u>	<u>(768)</u>	<u>(320)</u>	<u>(1.471)</u>	<u>(241)</u>	<u>-</u>	<u>(5.789)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Saldo em 31.12.2021	180	2.430	68	10	2.531	88	8.034	13.341
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(\*) O saldo total de adiantamento a fornecedores transferido do intangível para o imobilizado.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2019	1.103	2.503	798	330	2.384	329	2	7.449
Adições	7	744	38	-	52	-	6.054	6.895
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-	212	212
Saldo em 31.12.2020	<u>1.110</u>	<u>3.247</u>	<u>836</u>	<u>330</u>	<u>2.436</u>	<u>329</u>	<u>6.268</u>	<u>14.556</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(840)	(1.016)	(561)	(255)	(1.099)	(202)	-	(3.973)
Depreciações	(74)	(430)	(134)	(46)	(191)	(14)	-	(889)
Saldo em 31.12.2020	<u>(914)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(695)</u>	<u>(301)</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(216)</u>	<u>-</u>	<u>(4.862)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	263	1.487	237	75	1.285	127	2	3.476
Saldo em 31.12.2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(a) Imobilizado em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde está localizada a nova sede da Sociedade. A expectativa é que estas obras sejam concluídas durante o exercício de 2022, com a mobilização total do Centro de Controle Operacional – CCO.

## 11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores (*)	<b>Total do intangível</b>	Infraestrutura em construção (b)	<b>Total</b>
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.108.506	8.555	12.981	<b>2.130.042</b>	1.691.667	<b>3.821.709</b>
Adições	146.803	883	70.766	<b>218.452</b>	674.996	<b>893.448</b>
Transferências/reclassificações (*)	87.431	-	(39.537)	<b>47.894</b>	(47.905)	<b>(11)</b>
Saldo em 31.12.2021	<b>2.342.740</b>	<b>9.438</b>	<b>44.210</b>	<b>2.396.388</b>	<b>2.318.758</b>	<b>4.715.146</b>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(611.080)	(6.785)	-	<b>(617.865)</b>	-	<b>(617.865)</b>
Amortizações	(134.070)	(583)	-	<b>(134.653)</b>	-	<b>(134.653)</b>
Saldo em 31.12.2021	<b>(745.150)</b>	<b>(7.368)</b>	<b>-</b>	<b>(752.518)</b>	<b>-</b>	<b>(752.518)</b>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.497.426	1.770	12.981	<b>1.512.177</b>	1.691.667	<b>3.203.844</b>
Saldo em 31.12.2021	1.597.590	2.070	44.210	<b>1.643.870</b>	2.318.758	<b>3.962.628</b>
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%				

(\*) O saldo total de adiantamento a fornecedores transferido para o imobilizado.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.981.300	7.663	12.970	<b>2.001.933</b>	1.412.829	<b>3.414.762</b>
Adições	124.549	892	223	<b>125.664</b>	281.495	<b>407.159</b>
Transferências/reclassificações	2.657	-	(212)	<b>2.445</b>	(2.657)	<b>(212)</b>
Saldo em 31.12.2020	<b>2.108.506</b>	<b>8.555</b>	<b>12.981</b>	<b>2.130.042</b>	<b>1.691.667</b>	<b>3.821.709</b>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(494.090)	(6.109)	-	<b>(500.199)</b>	-	<b>(500.199)</b>
Amortizações	(116.990)	(676)	-	<b>(117.666)</b>	-	<b>(117.666)</b>
Saldo em 31.12.2020	<b>(611.080)</b>	<b>(6.785)</b>	-	<b>(617.865)</b>	-	<b>(617.865)</b>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.487.210	1.554	12.970	<b>1.501.734</b>	1.412.829	<b>2.914.563</b>
Saldo em 31.12.2020	1.497.426	1.770	12.981	<b>1.512.177</b>	1.691.667	<b>3.203.844</b>
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo como principal natureza a construção o Contorno de Florianópolis.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R\$111.605 (R\$55.755 em 31 de dezembro de 2020) de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo dos intangíveis e intangíveis em andamento. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 10,20% a.a. e em 2020 12,59% a.a., do total de juros anual provisionados no período.

#### Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

## 12. RISCO SACADO

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$3.720 (R\$2.073 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Estão representados por:

	31.12.2021	31.12.2020
Moeda nacional	Circulante	Circulante
Saldo inicial	2.073	3.245
Captações/Renovações	22.022	16.996
Amortização de principal	(20.353)	(18.207)
AVP/Risco sacado	(22)	39
	3.720	2.073
Saldo final	3.720	2.073

### 13. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2021	31.12.2020
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32% a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	431.021
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	2.868
					-	433.889
				Custo de transação	-	(4.765)
				Total Geral	-	429.124
				Circulante	-	81.830
				Não circulante	-	347.294
				Total	-	429.124

Estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	82.606	351.283	433.889	67.568	386.813	454.381
Juros provisionados	23.425	-	23.425	30.879	-	30.879
Amortização de principal	(436.928)	-	(436.928)	(35.801)	-	(35.801)
Pagamento de juros	(20.386)	-	(20.386)	(15.570)	-	(15.570)
Transferência	351.283	(351.283)	-	35.530	(35.530)	-
	-	-	-	82.606	351.283	433.889
Custo de transação	-	-	-	(776)	(3.989)	(4.765)
Saldo final	-	-	-	81.830	347.294	429.124

Em 12 de novembro de 2021, a Sociedade quitou o saldo de R\$371.784 referente ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

## 14. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
10ª Emissão - 1ª Série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	1.795.787	-
10ª Emissão - 2ª Série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	249.263	-
				<u>2.045.050</u>	<u>-</u>
			Custo de transação	<u>(79.717)</u>	<u>-</u>
			Total	1.965.333	-
			Circulante	(8.416)	-
			Não circulante	1.973.749	-
			Total	<u>1.965.333</u>	<u>-</u>

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Captações/Renovações	-	2.550.000	2.550.000	-	-	-
Juros provisionados	5.336	61.224	66.560	-	-	-
Amortização de principal	(550.000)	-	(550.000)	-	-	-
Pagamento de juros	(6.743)	(14.767)	(21.510)	-	-	-
Transferências	551.407	(551.407)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>2.045.050</u>	<u>2.045.050</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo de transação	(8.416)	(71.301)	(79.717)	-	-	-
Saldo final	<u>(8.416)</u>	<u>1.973.749</u>	<u>1.965.333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
10ª Emissão - 1ª Série	15.10.2021	1.754.020	1.000	11.11.2021	1.754.020
10ª Emissão - 2ª Série	15.10.2021	245.980	1.000	11.11.2021	245.980
		<u>2.000.000</u>			<u>2.000.000</u>

Em 12 de novembro de 2021, a Sociedade quitou o saldo de R\$556.743 referente a 9ª emissão de debêntures públicas, no valor nominal de R\$550.000 com juros remuneratórios a 1,62% do CDI.

Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária da concessionária Litoral Sul no valor de R\$2.000.000. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R\$ 1.754.020, será remunerada através de IPCA + 5,86% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R\$ 245.980 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a.

As debêntures da 10ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras de emissão da 10ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).
- (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade.

- (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2021 e 2023

4,0 – em 2024

3,5 – em 2025

3,0 – em 2026

2,5 – em 2027

2,0 – entre 2028 e 2029

1,0 – entre 2030 e 2031

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

## **15. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$48.963 (R\$25.011 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$31.354 (R\$25.693 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

## 16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	5.365	15.476	20.841	6.809	16.932	23.741
Remensuração	-	6	6	-	-	-
Adições	(429)	1.531	1.102	4.465	15.214	19.679
Utilização(*)	(6.579)	-	(6.579)	(13.684)	(9.680)	(23.364)
Ajuste a valor presente - AVP	1.477	-	1.477	785	-	785
Transferência	5.134	(5.134)	-	6.990	(6.990)	-
	<u>4.968</u>	<u>11.879</u>	<u>16.847</u>	<u>5.365</u>	<u>15.476</u>	<u>20.841</u>

(\*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$6.177 (R\$23.124 em 31 de dezembro de 2020).

O potencial PIS/COFINS (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R\$112 e R\$517 para PIS e COFINS (R\$36 e R\$168 respectivamente para 31 de dezembro de 2020).

A Sociedade revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa média é de 8,42% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Sociedade tem como base a taxa de crédito da companhia excluído o financiamento do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	4.086
2024	4.098
2025	3.599
2026	13
Após 2026	<u>83</u>
	<u>11.879</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos operacionais	-	-	225	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>225</u>	<u>-</u>

## 17. PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	2	-
Planalto Sul S.A. (a)	1.134	359
Régis Bittencourt S.A. (a)	3.090	630
ViaPaulista S.A. (a)	2	-
<b>Contas a receber de partes relacionadas circulante</b>	<b>4.230</b>	<b>989</b>
<b>Total parte relacionada no ativo circulante</b>	<b>4.230</b>	<b>989</b>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	5.319	5.459
Planalto Sul S.A. (a)	5	86
Régis Bittencourt S.A. (a)	4	127
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	-	9.976
<b>Passivos com partes relacionadas circulante</b>	<b>5.328</b>	<b>15.648</b>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora	27.416	-
<b>Total dos juros sobre capital próprio a pagar</b>	<b>27.416</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>32.744</b>	<b>15.648</b>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	676.154	644.116
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	876.002	930.463

**Empréstimos partes relacionadas não circulante****1.552.156**   **1.574.579****Total do passivo não circulante****1.552.156**   **1.574.579**

Contas de Resultado:	31.12.2021		31.12.2020	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
<b>Controladora</b>				
Arteris S.A.	(92.131)	(9.835)	(57.723)	(16.961)
Juros Capitalizados (*)	31.263	-	33.703	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Intervias S.A.	-	37	-	-
Planalto Sul S.A.	-	58	-	(110)
Régis Bittencourt S.A.	-	(209)	-	(892)
<b>Total</b>	<b>(60.868)</b>	<b>(9.949)</b>	<b>(24.020)</b>	<b>(17.963)</b>

(\*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do “spread” de 1,4% ao ano para a 2ª emissão; 1% para a 6ª, 7ª e 8ª emissão; e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	-	-	30.000	18.657
28.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	110.514	48.465	122.518	74.721
03.07.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	20.000	13.302	20.000	11.599
19.08.2015	31.12.2024	CDI + 1,50% a.a.	30.000	19.100	30.000	16.594
21.05.2018	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	280.000	37.299	280.000	23.108
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	260.000	17.781	260.000	5.472
05.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	37.700	1.841	37.700	94
			<b>738.214</b>	<b>137.788</b>	<b>780.218</b>	<b>150.245</b>

(c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	4.000	7.133	4.000	6.635
17.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	5.000	8.916	5.000	8.294
25.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	2.000	3.566	2.000	3.317
06.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	8.000	14.265	8.000	13.270
27.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	6.000	10.699	6.000	9.953
05.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	10.000	17.831	10.000	16.588
27.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	10.000	17.831	10.000	16.588
05.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,037% a.a.	5.000	8.916	5.000	8.294
19.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,04% a.a.	17.000	30.313	17.000	28.200
10.06.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	15.000	15.593	15.000	14.062
10.09.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	30.000	29.913	30.000	26.914
08.10.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	35.000	34.449	35.000	30.974
24.01.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	40.000	35.624	40.000	32.023
05.03.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	25.000	21.781	25.000	19.553
01.04.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	25.748	30.000	23.093
09.05.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	35.000	29.399	35.000	26.332
20.06.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	20.000	16.381	20.000	14.649
02.03.2015	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	20.796	30.000	18.377
			<u>327.000</u>	<u>349.154</u>	<u>327.000</u>	<u>317.116</u>

Passivos Circulante e Não Circulante	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.574.579	1.574.579	-	1.291.815	1.291.815
Captações	-	65.150	65.150	-	233.700	233.700
Juros provisionados	-	92.131	92.131	12.229	45.494	57.723
Amortização/Recebimento de principal	(165.150)	-	(165.150)	-	-	-
Pagamento/Recebimento de juros IR	(863)	-	(863)	-	-	-
recuperar	-	(13.691)	(13.691)	(1.834)	(6.825)	(8.659)
Transferências	166.013	(166.013)	-	(10.395)	10.395	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>1.552.156</u>	<u>1.552.156</u>	<u>-</u>	<u>1.574.579</u>	<u>1.574.579</u>

- (d) Refere-se a adiantamentos e prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de dezembro de 2021 obras exclusivamente na rodovia, registradas no intangível da Sociedade, no valor de R\$16.213 (R\$24.227 em 31 de dezembro de 2020).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 741 (R\$461 em 31 de dezembro de 2020), já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$3.160 (R\$3.772 em 31 de dezembro de 2020), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

## **18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$4.087 e R\$2.192.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA da Sociedade e EBTIDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

## 19. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ	173	-	173	1.940	-	1.940
Contribuição social - CSLL	628	-	628	773	-	773
	<u>801</u>	<u>-</u>	<u>801</u>	<u>2.713</u>	<u>-</u>	<u>2.713</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.702	24.315	38.017	425	26.514	26.939
Programa de integração social - PIS	364	-	364	294	-	294
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.681	-	1.681	1.355	-	1.355
Tributos federais retidos	1.534	-	1.534	927	-	927
	<u>17.281</u>	<u>24.315</u>	<u>41.596</u>	<u>3.001</u>	<u>26.514</u>	<u>29.515</u>
Total impostos federais	<u>18.082</u>	<u>24.315</u>	<u>42.397</u>	<u>5.714</u>	<u>26.514</u>	<u>32.228</u>
Impostos municipais						
Impostos sobre serviços - ISS	5.518	-	5.518	3.915	-	3.915
Total	<u>23.600</u>	<u>24.315</u>	<u>47.915</u>	<u>9.629</u>	<u>26.514</u>	<u>36.143</u>

## 20. PROVISÕES

### (a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2021
Cíveis	2.129	6.632	(3.600)	(3.056)	-	2.105
Trabalhistas	772	2.823	(1.459)	(1.768)	-	368
Regulatório	10.317	-	-	-	529	10.846
Total	<u>13.218</u>	<u>9.455</u>	<u>(5.059)</u>	<u>(4.824)</u>	<u>529</u>	<u>13.319</u>

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2020
Cíveis	506	5.457	(709)	(3.125)	-	2.129
Trabalhistas	620	1.585	(721)	(712)	-	772
Regulatório	7.471	-	(314)	-	3.160	10.317
Total	<u>8.597</u>	<u>7.042</u>	<u>(1.744)</u>	<u>(3.837)</u>	<u>3.160</u>	<u>13.218</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$10.846 e 10.317, respectivamente. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$19.050 (R\$18.497 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, ambientais e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	31.12.2021	31.12.2020
Cíveis	8.452	7.544
Trabalhistas	810	965
Ambiental	3.139	2.829
Regulatório	19.050	18.497
Fiscal	2.980	2.349
Total	34.431	32.184

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.526 em 31 de dezembro de 2021 (R\$61.744 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimento

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	-	68.501	24.997	56.431	24.997	124.932
Adições/Reversões	-	3.965	282	37.540	282	41.505
Utilizações	(892)	(62.542)	-	-	(892)	(62.542)
Ajuste a valor presente	-	-	2.419	5.369	2.419	5.369
Transferências	1.164	46.916	(1.164)	(46.916)	-	-
Saldo em 31.12.2021	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	-	60.288	23.500	36.211	23.500	96.499
Adições/Reversões	-	14.368	-	55.002	-	69.370
Utilizações	-	(46.881)	-	-	-	(46.881)
Ajuste a valor presente	-	16	1.497	5.928	1.497	5.944
Transferências	-	40.710	-	(40.710)	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	68.501	24.997	56.431	24.997	124.932

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referentes às manutenções realizadas foram de R\$60.911 (R\$50.346 em 31 de dezembro de 2020).

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.497.996, composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.378.496 (R\$1.347.796 em 31 de dezembro de 2020), que representam 1.275.560.876 ações. Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$29.800 em dinheiro até 31 de dezembro de 2019, R\$30.000 em dinheiro até 31 de dezembro de 2020 e R\$30.700 até 30 de junho de 2021, havendo um saldo a integralizar de R\$119.500.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

### Juros sobre o capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade constituiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide imposto de renda retido na fonte – IRRF. A distribuição de juros sobre capital próprio, foi aprovada em AGE, com a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Sociedade, tendo suas atas emitidas nas datas de 30 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

<u>Período</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor Bruto</u>	<u>Valor IR (15%)</u>	<u>Valor Líquido</u>
31.03.2021	30.03.2021	7.000	1.050	5.950
30.06.2021	30.06.2021	8.913	1.337	7.576
30.09.2021	30.09.2021	14.855	2.228	12.627
31.12.2021	31.12.2021	16.341	2.452	13.889
		<u>47.109</u>	<u>7.066</u>	<u>40.042</u>

## 22. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Receita bruta:	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita de serviços prestados	573.096	376.632
Receita de serviços de construção	750.329	350.289
Outras receitas	6.028	4.900
	<u>1.329.453</u>	<u>731.821</u>
Deduções:		
ISSQN	(28.929)	(19.050)
PIS	(3.759)	(2.392)
COFINS	(17.348)	(11.078)
Outras deduções	(856)	(276)
Receita líquida	<u>1.278.561</u>	<u>699.025</u>

## 23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custos:		
Com pessoal	(31.497)	(24.489)
Serviços de terceiros	(23.234)	(27.433)
Conservação	(17.617)	(17.379)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.518)	(4.430)
Consumo	(8.541)	(8.120)
Transportes	(4.735)	(3.597)

Verba de fiscalização	(13.330)	(12.756)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(416)	1.022
Seguros / Garantias	(2.034)	(3.277)
Provisão de manutenção em rodovias	(41.505)	(69.370)
Custos de serviços da construção	(750.329)	(350.289)
Depreciação / Amortização	(139.361)	(125.484)
Outros	(1.031)	(1.913)
Total	<u>(1.037.148)</u>	<u>(647.515)</u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas:		
Com pessoal	(14.263)	(14.190)
Serviços de terceiros	(3.259)	(4.879)
Manutenção de bens e conservação	(1.650)	(1.549)
Consumo	(1.560)	(1.336)
Transportes	(62)	(433)
Seguros/Garantias	(38)	(71)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(4.396)	(5.298)
Comunicação e marketing	(531)	(345)
Indenizações à terceiros	(104)	71
Publicações legais	(287)	(244)
Depreciação / Amortização	(2.095)	(1.217)
Outros	(1.939)	(1.353)
Total	<u>(30.184)</u>	<u>(30.844)</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	22.913	901
Créditos fiscais(a)	3	1.434
Outras receitas	108	11
Total	<u>23.024</u>	<u>2.346</u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(70.511)	(32.847)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(9.243)	(8.265)
Outras despesas	(16.511)	(5.198)
Total	<u>(96.265)</u>	<u>(46.310)</u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Variação cambial líquida:		

Variação cambial	(72)	(118)
Total	<u>(72)</u>	<u>(118)</u>

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

(\*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$154.484, o montante de R\$111.605 foi capitalizado (R\$88.602 e R\$55.755 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento.

## 25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Informações suplementares

	31.12.2021	31.12.2020
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	893.448	407.159
Total das adições de imobilizado	4.573	6.895
Juros capitalizados - mútuos	(31.263)	(33.703)
Juros capitalizados - financiamentos	(21.166)	(22.052)
Juros capitalizados - debêntures	(59.176)	-
	<u>786.416</u>	<u>358.299</u>
Aquisição (adições)	(786.416)	(358.299)
Depósitos judiciais para desapropriação	(2.339)	3.861
Fornecedores	41.465	(3.977)
Obrigações fiscais	39.358	2.416
Contas a pagar - partes relacionadas	(3.973)	(11.697)
Cauções contratuais	11.149	7.221
Realização manutenção ICPC 12 em rodovias	(62.542)	(46.881)
Provisão para investimentos em rodovias	(610)	-
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(763.908)</u>	<u>(407.356)</u>
Fluxo de caixa imobilizado	(4.573)	(6.895)
Fluxo de caixa intangível	(759.335)	(400.461)
<b>Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível</b>	<u>(763.908)</u>	<u>(407.356)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	22.508	(49.057)

## 26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Básico/Diluído</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	107.697	(14.715)
Número de ações durante exercício	1.432.019	1.432.019
Lucro (prejuízo) por ação	<u>0,0752</u>	<u>(0,0103)</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2021		31.12.2020		
			Contabil	Valor Justo	Contabil	Valor Justo	
<b>Ativo</b>							
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	777.863	777.863	10.962	10.962	
Aplicações financeiras	Nível 2	1	178.907	178.907	6.307	6.307	
Contas a receber clientes	Nível 2	2	30.809	30.809	23.044	23.044	
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	4.230	4.230	989	989	
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	31.604	31.604	31.212	31.212	
Outros Créditos	Nível 2	2	2.217	2.217	1.480	1.480	
			<u>1.025.630</u>	<u>1.025.630</u>	<u>73.994</u>	<u>73.994</u>	
<b>Passivo</b>							
Financiamentos (**)	Nível 2	2	-	-	429.124	429.124	
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	3.720	3.720	2.073	2.073	
Mútuos partes relacionadas	Nível 2	2	676.154	676.154	644.116	644.116	
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	876.002	876.003	930.464	930.464	
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	32.744	32.744	15.648	15.648	
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.965.333	773.846	-	-	
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	80.317	80.317	50.704	50.704	
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.118	1.118	1.069	1.069	
Outras contas a pagar	Nível 2	2	64.437	64.437	9.609	9.609	
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	16.847	16.847	20.841	20.841	
			<u>3.716.672</u>	<u>2.525.186</u>	<u>2.103.648</u>	<u>2.103.648</u>	

(\*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(\*\*) Vide nota 12

(\*\*\*) Não é escopo do CPC 48

### Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

## 28. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### **Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### **a) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos, mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(28.665)	(35.831)	(42.997)	21.499
Receita de aplicações financeiras	111.149	138.937	166.724	83.362
Juros a incorrer - Debêntures	(199.947)	(245.125)	(290.303)	(154.770)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(117.463)</u>	<u>(142.019)</u>	<u>(166.576)</u>	<u>(49.909)</u>
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer - Debêntures	(118.993)	(148.742)	(178.489)	(89.244)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(118.993)</u>	<u>(148.742)</u>	<u>(178.489)</u>	<u>(89.244)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(236.456)</u>	<u>(290.761)</u>	<u>(345.065)</u>	<u>(139.153)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 3 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

#### b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$29.245 (R\$21.381 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar, Move Mais, Veloe e Greenpass, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

#### c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S/A gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Capital de giro	10,51%	3.720	3.720	3.720	-	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	16.847	16.847	828	4.140	4.086	7.697	96
Partes relacionadas	3,78%	1.552.156	1.886.378	-	-	-	1.886.378	-
Debêntures - CDI	10,88%	249.263	413.295	-	-	-	146.503	266.792
Debêntures - IPCA	15,01%	1.795.787	7.044.593	-	-	-	460.606	6.583.987
Fornecedores e cauções contratuais		80.317	80.317	48.963	31.354	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		5.328	5.328	5.328	-	-	-	-
Outras contas a pagar		64.437	64.437	64.437	-	-	-	-
		<b>3.767.855</b>	<b>9.514.915</b>	<b>123.276</b>	<b>35.494</b>	<b>4.086</b>	<b>2.501.184</b>	<b>6.850.875</b>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

## 30. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	173.925

(\*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 70.366 e de R\$67.562, respectivamente.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Aos Acionistas**

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Litoral Sul.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **Introdução**

A Autopista Litoral Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 356,9 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

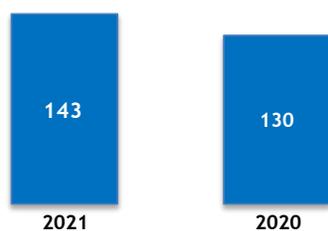
## Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em julho de 2021 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 10 de julho de 2021, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$3,90 para R\$4,10 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros.

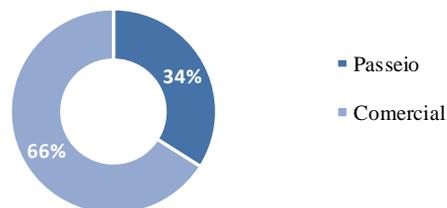
Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 143,2 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 9,8% superior aos 130,4 milhões registrados em 2020. A variação deve-se aos efeitos do cenário da pandemia do COVID-19, no período houve aumento do fluxo de veículos pesados, impactados pelo crescimento no setor de *E-commerce* e retomada gradativa da economia.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$1.329,5 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 81,7% sobre 2020, quando totalizou R\$731,8 milhões.

**Tráfego Pedagiado**  
Veículos Equivalentes (milhões)



**Composição do Tráfego**  
Ano 2021



A receita de pedágio registrou R\$573,1 milhões em 2021, um aumento de 52,2% em relação à 2020, quando totalizou R\$376,6 milhões. A variação positiva acompanhou a recuperação no fluxo de veículos nos últimos meses do ano, decorrente da estabilização da pandemia e retomada da economia, adicionado ao aumento na tarifa de básica de pedágio ocorrida no segundo semestre de 2021, o que também contribuiu significativamente no acréscimo da receita.

A receita de obras registrou R\$750,3 milhões em 2021, contra R\$350,3 milhões registrada em 2020, representando uma variação de 114,2%. A variação é devido ao volume de obras realizadas em 2021, com destaque principal para as seguintes obras: Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia,

Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$6 milhões em 2021, o que representa 0,5% da receita bruta.

### Investimentos

O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2021 foi de R\$893,2 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$398,8 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R\$ 1,3 bilhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos - R\$ milhões		
	2021	2020	%
Ampliação da Rodovia	713.893	293.323	143,4%
Construção de Viaduto	4.936	2.800	76,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	174.418	102.690	69,8%
<b>Total</b>	<b>893.247</b>	<b>398.813</b>	

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014. Atualmente estão em andamento as obras nos Trechos Norte, Intermediário e Sul. Os Trecho Norte e Trecho Intermediário contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 193+400 e km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído, 13 passagens de nível sendo que destas 8 estão em andamento e 4 estão concluídas, somando-se a isto o Túnel 4 no km 207. Os seguimentos do Trecho Sul A e B encontram-se em obras sendo inicias as obras dos túneis 1, 2 e 3, os seguimentos de tronco Sul A e Sul B, com extensão de com extensão de 8,02km e 5,01km respectivamente, bem como as intersecções da BR-282 e 101, 07 passagens de nível e um viaduto no km 225+163.

Em 2021, a Concessionária concluiu a Ampliação de Capacidade na Grande Florianópolis entre os km 215 e 200 na pista norte e a implantação da Rua Lateral 136N com a conclusão da Obra de Arte Especial sobre o Rio Camboriu km 136. Concluiu também o Alargamento, Reforma e Reforço de 02 Obras de Arte Especiais,

sobre o Rio Itapocu km 080 e Viaduto Linha Férrea. Além de 03 outras obras em andamento, Passarela km 007 e Obras de Artes Especiais sobre o Rio Maruim km 211 e Rio Passa Vinte km 214, ambas na pista norte. Além da recuperação de 13 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia.

### **Captações de Recursos**

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu no exercício de 2021, um total de R\$2 bilhões oriundos de recursos captados através da 10ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas em outubro, em duas séries, sendo a primeira série totalizando R\$1.754 milhões com vencimento final em outubro de 2031, remunerada pelo IPCA + 5,86% a.a., já a segunda série totaliza o valor de R\$ 246 milhões e vencimento final em outubro de 2028, remunerada pelo CDI + 1,55% a.a.

### **Valor Adicionado**

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$420,2 milhões, representando 31,6% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 181,4% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R\$149,3 milhões representando 20,4% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

### **Política de Distribuição de Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

### **Planejamento Empresarial**

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

### **Gestão pela Qualidade Total**

Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

### Recursos Humanos

Em 2021, a Concessionária investiu R\$159 mil (R\$72 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

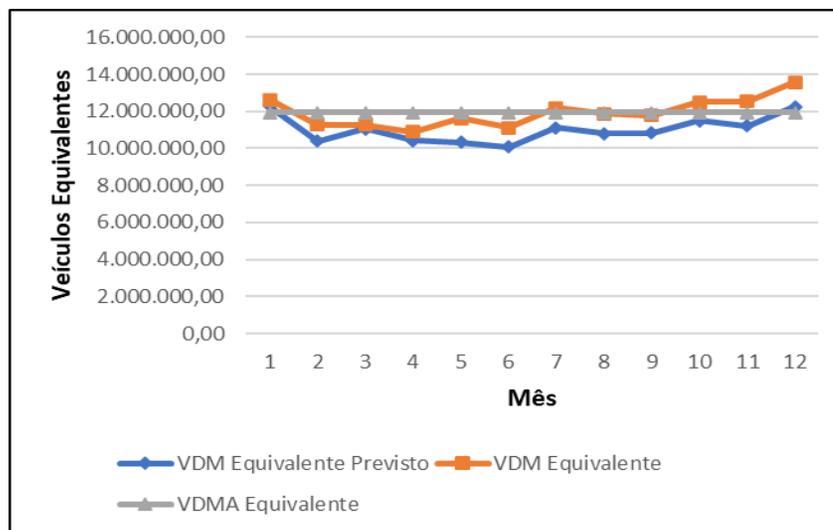
### Indicadores Operacionais

#### a) Caracterização do Tráfego

##### Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

**Variação mensal do volume - 2021**

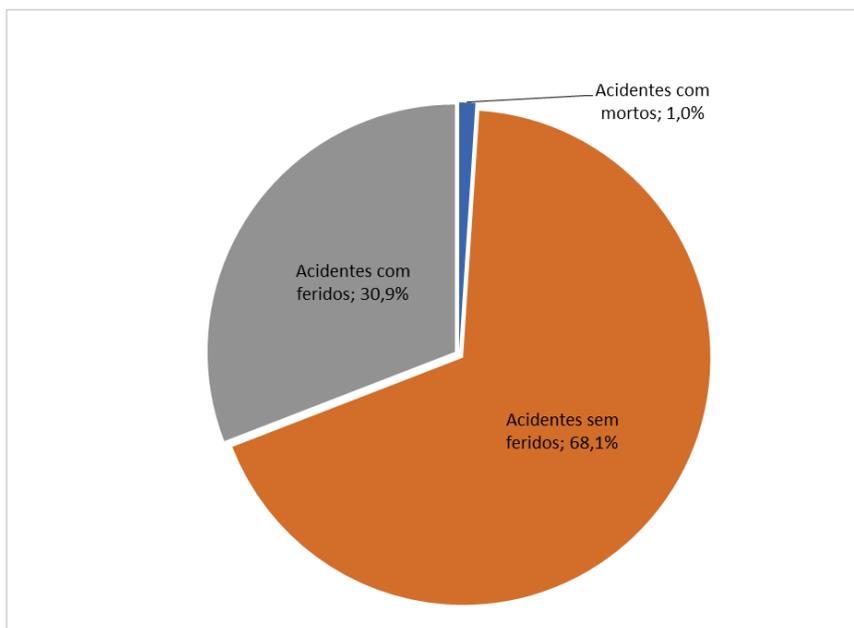


#### b) Segurança no Trânsito

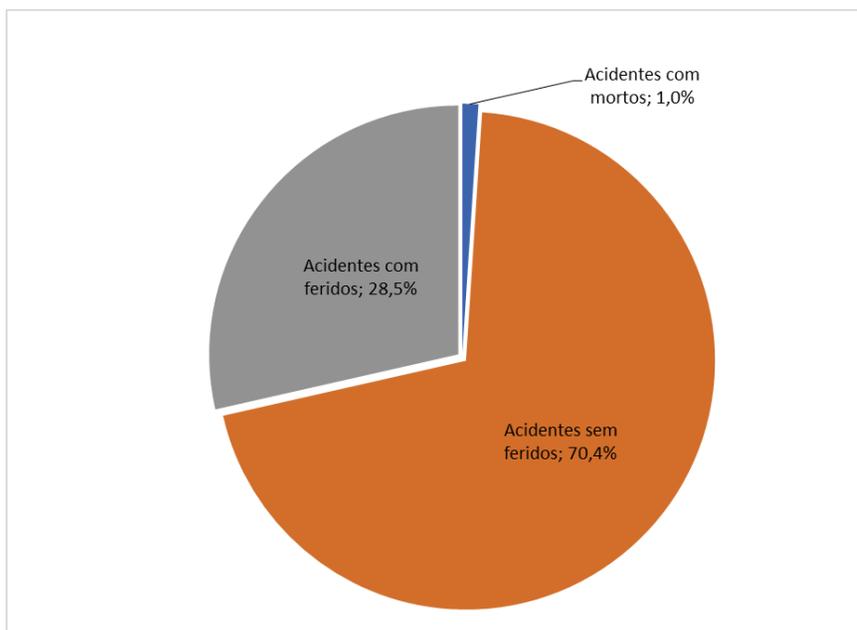
##### Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

### Percentual de acidentes por gravidade – 2021

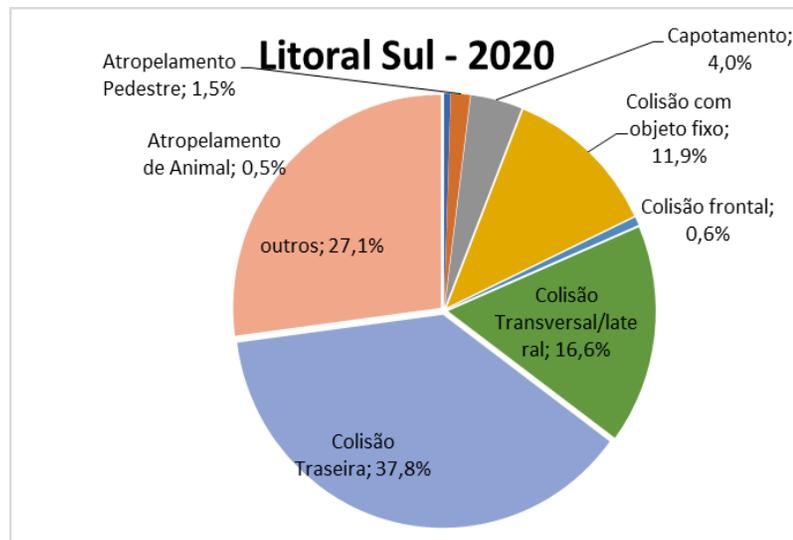
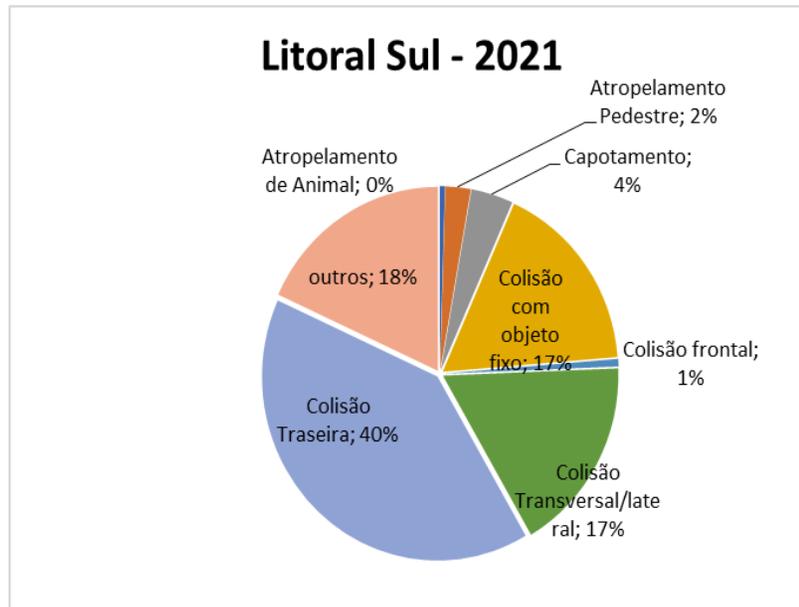


### Percentual de acidentes por gravidade – 2020



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

**Acidente por tipo**



### c) Dados de Operação da Concessão

#### Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

#### Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/356,96km
Viatura de Inspeção	11	4,35
Vigilância Patrimonial	2	0,79
Guincho Leve	14	5,53
Guincho Pesado	6	2,37
Guincho PIPA	3	1,19
AC - Ambulância Stand	10	3,95
AD - Ambulância UTI	4	1,58
Caminhão Operacional	1	0,40
Mini pá carregadeira	2	0,79
Moto	2	0,79
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>55</b>	<b>21,73</b>
Administração	68	26,86
Bases e Pedágios	6	2,37
Picape	4	1,58
Segurança de trabalho	4	1,58
Manutenção	4	1,58
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>86</b>	<b>33,97</b>
<b>Total de veículos</b>	<b>141</b>	<b>55,70</b>

#### Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

**Tipos de funcionários alocados na concessão**

<b>Tipo de pessoas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Qtde/10.000</b>
ANALISTA DE CCA JR	2	0,14
ANALISTA DE ENGENHARIA JR (FAIXA DC	2	0,14
ANALISTA DE ENGENHARIA PL (FAIXA DC	2	0,14
ANALISTA DE TRAFEGO JR	2	0,14
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,07
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0,14
ASSISTENTE DE CCA	2	0,14
ASSISTENTE DE CCO	1	0,07
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II (FAIXA D	3	0,21
AUXILIAR DE TRAFEGO	9	0,63
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,07
ENFERMEIRO	27	1,88
INSPETOR DE TRAFEGO	50	3,49
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	4	0,28
MÉDICO	26	1,81
OPERADOR DE BALANCA	31	2,16
OPERADOR DE CCA	13	0,91
OPERADOR DE CCO	18	1,26
OPERADOR DE GUINCHO	67	4,68
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	29	2,02
OPERADOR DE PIPA	7	0,49
SOCORRISTA	149	10,40
SUPERVISOR DE TRAFEGO	2	0,14
<b>Total Tráfego</b>	<b>450</b>	<b>31,41</b>
OPERADOR DE PEDAGIO	246	17,17
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	1,40
<b>Total Arrecadação</b>	<b>266</b>	<b>18,57</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>716</b>	<b>49,98</b>

**d) Aspectos Financeiros**

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

**Receita (em R\$ mil)**

Receita	Em 2021	Acumulada
	1.329.453	7.225.772

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

#### Investimentos (em R\$ mil)

Investimentos	Em 2021	Acumulada
	893.247	4.709.889

#### Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	Em 2021	Acumulada
	1.037.148	6.096.881

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$924,8 milhões em 2021, ante R\$550,4 milhões em 2020, aumento de 168%. A maior parte desta variação refere-se a custo dos serviços de construção, que acompanham o volume de obras da Sociedade.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$132,9 milhões em 2021, um aumento de 1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$130,8 milhões.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

#### ISS repassados (em R\$ mil)

ISS	Em 2021	Acumulada
	42.472	262.933

### Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)

	2021	2020	Var%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.278,6</b>	<b>699,0</b>	<b>82,9%</b>
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(924,8)	(550,5)	68,0%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>353,8</b>	<b>148,6</b>	<b>138,1%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(41,5)	(69,4)	-40,2%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>395,3</b>	<b>217,9</b>	<b>81,4%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

### Endividamento (em R\$ mil)

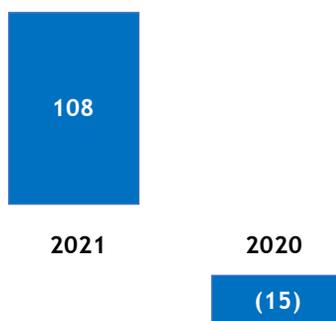
	31/12/2021	31/12/2020	Var%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.969,1</b>	<b>431,2</b>	<b>356,6%</b>
Curto Prazo	(4,7)	83,9	-105,6%
Longo Prazo	1.973,7	347,3	468,3%
<b>Posição de Caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	956,8	17,3	5440,4%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	31,6	31,2	1,3%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.012,3</b>	<b>413,9</b>	<b>144,6%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com um lucro líquido de R\$107,7 milhões, um aumento de R\$122,4 milhões frente ao resultado negativo de R\$14,7 milhões registrado no exercício de 2020. A variação deve-se a melhora na receita de pedágio e aumento do fluxo de veículos, contribuíram para o aumento em relação ano anterior.



### Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

#### Valor da tarifa por praça de pedágio – 2021 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 6,15	R\$ 12,30	R\$ 8,20	R\$16,40	R\$ 20,50	R\$ 24,60	R\$ 2,05
Garuva – P2	Bidirecional	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 6,15	R\$ 12,30	R\$ 8,20	R\$16,40	R\$ 20,50	R\$ 24,60	R\$ 2,05
Araquari – P3	Bidirecional	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 6,15	R\$ 12,30	R\$ 8,20	R\$16,40	R\$ 20,50	R\$ 24,60	R\$ 2,05
Porto Belo – P4	Bidirecional	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 6,15	R\$ 12,30	R\$ 8,20	R\$16,40	R\$ 20,50	R\$ 24,60	R\$ 2,05
Palhoça – P5	Bidirecional	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 6,15	R\$ 12,30	R\$ 8,20	R\$16,40	R\$ 20,50	R\$ 24,60	R\$ 2,05

Tabela - Rodovias				
Dados anuais e por empresa		Unidade de medida ou comentário		
Quilômetros de rodovia		356,96 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	46.694.247	66%	
	CAT-02	4.779.248	7%	
	CAT-03	376.012	1%	
	CAT-04	4.246.320	6%	
	CAT-05	57.802	0%	
	CAT-06	3.635.163	5%	
	CAT-07	2.567.235	4%	
	CAT-08	6.877.384	10%	
	CAT-09	1.677.184	2%	
	TOTAL	70.910.595	100%	
Número de praças de pedágios		5 praças de pedágio:		
Tarifa	<b>TABELA DE CATEGORIAS</b>			
	<b>VALOR DA TARIFA = 4,10</b>			
	<b>Descrição</b>	<b>Eixos</b>	<b>Categorias Litoral Sul</b>	<b>Tarifa Básica</b>
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	4,1
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	8,2
	Automóvel semi-reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	6,15
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	12,3
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	8,2
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	16,4
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	20,5
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	24,6
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	2,05

<b>Número de quilômetros mantidos</b>	<b>Rodovia</b>	<b>Marcos km</b>	<b>Extensão linear</b>	<b>Km de pista proporcional</b>
	BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
	BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
	BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
	<b>Total</b>		<b>356,96</b>	<b>713,92</b>
<b>Índice de congestionamento</b>	<b>Rodovia</b>	<b>Nível de serviço</b>		
	<b>BR 101/SC</b>	Nível D		
	<b>BR 376/PR</b>	Nível D		
	<b>BR 116/PR</b>	Nível C		
<b>Trânsito Médio Diário Equivalente</b>	<b>Mês</b>	<b>Média diária</b>		
	Jan	407.471		
	Fev	402.611		
	Mar	363.387		
	Abr	362.694		
	Mai	374.951		
	Jun	371.072		
	Jul	393.247		
	Ago	382.782		
	Set	393.042		
	Out	403.771		
	Nov	417.746		
	Dez	437.648		
<b>Trânsito Médio Diário Anual Equivalente</b>	392.535			
<b>Equipes utilizadas pelo concessionário</b>	Administrativo			
	Jurídico			
	Comunicação			
	Meio Ambiente			
	Centro de Controle Operacional			
	Arrecadação			
	Conservação (engenharia)			
	Pavimentação (engenharia)			
	Obras (engenharia)			
	Projetos (engenharia)			
	Manutenção Tecnológica (rodovia)			
	Faixa de Domínio			
	Segurança do Trabalho			
	Tráfego			

<b>Índices de qualidade de estrada</b>	<b>Rodovia: BR-101/SC</b>			
	<b>Parâmetro</b>	<b>ANO 14</b>		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR		100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal		100,00%	0,00%
	<b>Rodovia: BR-101/SC PAULO LOPES</b>			
	<b>Parâmetro</b>	<b>ANO 14</b>		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR		100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal		100,00%	0,00%
	<b>Rodovia: BR-116/PR</b>			
	<b>Parâmetro</b>	<b>ANO 14</b>		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR		100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal		100,00%	0,00%
<b>Rodovia: BR-376/PR</b>				
<b>Parâmetro</b>	<b>ANO 14</b>			
	Atendem	Não Atendem		
Percentual de Área Trincada - TR		100,00%	0,00%	
Irregularidade Longitudinal		100,00%	0,00%	
<b>Receita de pedágio</b>	573.096			
<b>Custos associados às receitas de pedágio</b>	1.037.148			
<b>Fator Trabalho</b>				
Número de Trabalhadores	781			
Despesas de Pessoal	45.760			
<b>Fator Capital</b>				
Despesas de Depreciação	Método Linear			
Ativo Líquido	956.769			
Ativo Bruto	5.187.933			
Série Histórica dos Investimentos	4.709.889			

Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	
<b>Fatores Intermediários</b>		
Despesas em Administração	14.271	
Despesas em Manutenção	1.650	
Outras Despesas	-	
<b>Seguridade</b>		
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	6.162
	Com vítimas feridas	2.795
	Com vítimas fatais	95
<b>Indicadores</b>		
Receita por KM	3.724	
Custo por KM	2.906	

## Balanço Social

	2021			2020		
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Faturamento Bruto	1.329.453			731.821		
Receita líquida (RL)	1.278.561			699.025		
Resultado operacional (RO)	138.997			-22.233		
Folha de pagamento bruta (FPB)	22.408			18.731		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	22.408			18.731		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.034	18%	0%	3.811	20%	1%
Encargos Sociais	8.282	37%	1%	7.327	39%	1%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	3.675	16%	0%	2.859	15%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	408	2%	0%	405	2%	0%
Educação	16	0%	0%	35	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	159	1%	0%	72	0%	0%
Creches ou auxílio creche	322	1%	0%	333	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.463	11%	0%	1.262	7%	0%
Outros	189	1%	0%	159	1%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>19.548</b>	<b>87%</b>	<b>2%</b>	<b>16.263</b>	<b>87%</b>	<b>2%</b>

3 - Indicadores sociais externos							
Educação	84	0%	0%	49	0%	0%	
Cultura	331	1%	0%	0	0%	0%	
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%	
Esporte	83	0%	0%	0	0%	0%	
Combate à fome e segurança alimentar	95	0%	0%	0	0%	0%	
Outros (COVID - SAÚDE)	54	0%	0%	0	0%	0%	
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	647	3%	0%	49	0%	0%	
Tributos (Exceto encargos sociais)	70.543	315%	6%	34.073	182%	5%	
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	71.190	318%	6%	34.122	182%	5%	
4 - Indicadores ambientais							
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	431	2%	0%	379	2%	0%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%	
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	431	2%	0%	379	2%	0%	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional							
Nº de colaboradores ao final do período	781			730			
Tempo de serviço	até seis meses 14% de seis meses a um ano 13%			até seis meses 28% de seis meses a um ano 8%			

	32% entre um e dois anos entre dois e cinco	20% entre um e dois anos entre dois e cinco
	27% anos mais de	23% anos mais de
	14% cinco anos	21% cinco anos
Nº de admissões durante o período	213	295
Nº de demissões durante o período	251	206
Nº de colaboradores terceirizados	5158	1891
Nº de estagiários (as)	2	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	15	29
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	159	225
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	502	377
Nº de colaboradores acima de 45 anos	105	99
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	348	443
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,29%	0%
Remuneração paga a mulheres no período	8.951	10.245
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	11	15
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	25	33
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	62.431	89.684
Total de horas extras pagas (valor)	1.063	1.353
Total de INSS pagos	9.004	9.145
Total de FGTS pago	2.734	1.875
Total de Contribuição Sindical paga	0	0
Totals dos demais encargos sociais pagos	0	0

Total de IRRF recolhido no período	2.843	2.071
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	13.935	1.080
Total de CSLL recolhido do período	5.861	402
Total de PIS recolhidos no período	3.688	2.401
Total de COFINS recolhidos no período	17.022	11.083
Total de outros tributos recolhidos no período	28.387	18.224
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	39,74	38,79
Número total de acidentes de trabalho	3	5
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

<p>A previdência privada contempla:</p> <p>A participação nos lucros ou resultados contempla:</p> <p>Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:</p> <p>Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:</p> <p>% de reclamações e críticas solucionadas:</p> <p>Valor adicionado total a distribuir</p> <p>Distribuição do Valor Adicionado</p>	<p><input type="checkbox"/> direção</p> <p><input type="checkbox"/> direção e gerenciais</p> <p><input type="checkbox"/> todos os colaboradores</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> não se aplica</p> <p><input type="checkbox"/> direção</p> <p><input type="checkbox"/> direção e gerenciais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores</p> <p><input type="checkbox"/> não são considerados</p> <p><input type="checkbox"/> são sugeridos</p> <p><input type="checkbox"/> são exigidos parcialmente</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> são exigidos</p> <p><input type="checkbox"/> não se envolve</p> <p><input type="checkbox"/> apóia</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva</p> <p>0% no PROCON</p> <p>9% na Justiça</p> <p>443.109</p> <p>18% Governo</p> <p>45% Acionistas</p> <p>Colaborador</p> <p>10% es</p> <p>26% Terceiros</p> <p>0% Retidos</p>	<p><input type="checkbox"/> direção</p> <p><input type="checkbox"/> direção e gerenciais</p> <p><input type="checkbox"/> todos os colaboradores</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> não se aplica</p> <p><input type="checkbox"/> direção</p> <p><input type="checkbox"/> direção e gerenciais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores</p> <p><input type="checkbox"/> não são considerados</p> <p><input type="checkbox"/> são sugeridos</p> <p><input type="checkbox"/> são exigidos parcialmente</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> são exigidos</p> <p><input type="checkbox"/> não se envolve</p> <p><input type="checkbox"/> apóia</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva</p> <p>25% no PROCON</p> <p>3% na Justiça</p> <p>151.549</p> <p>17% Governo</p> <p>28% Acionistas</p> <p>Colaborador</p> <p>25% es</p> <p>29% Terceiros</p> <p>0% Retidos</p>
---	--	---

## Demais assuntos

### a) Responsabilidade Social e Ambiental

Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa.

Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda *ESG* (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas.

Base do plano estratégico da companhia, a Agenda *ESG* está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento.

Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda *ESG* da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias *LED* em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias.

Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década.

Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta.

Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período.

Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice “zero” de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção.

Nesta frente, destaca-se a inauguração de 15,6 quilômetros no sentido norte da terceira faixa da Litoral Sul (BR-101), entre os municípios catarinenses de Biguaçu e Palhoça, uma região de tráfego intenso e sensível a acidentes que, em janeiro de 2022, um mês após a entrega completa da obra, já registrou queda de 51% no número de acidentes. Destaca-se também a entrega da nova ponte sobre o Rio Camboriú (km 135/marginal norte da BR-101/SC), em junho de 2021, que possibilita a ligação entre duas importantes regiões da cidade (bairros Barra e Centro) por meio da via marginal – sem a necessidade de trânsito pela pista principal da rodovia, contribuindo para a trafegabilidade, e, conseqüentemente, para a segurança viária da região. Nos primeiros 6 meses, houve uma redução de 43% no número de acidentes do tipo engarramento e colisão traseira.

Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020).

Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão.

Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio.

Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.

#### **b) Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

São José dos Pinhais, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

#### **Diretoria**

Antonio Cesar Ribas Sass  
Diretor de Operações

Andre Giavina Bianchi  
Diretor Executivo de Operações

Simone Aparecida Borsato  
Diretora Econômico Financeiro/  
Diretora de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas  
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza  
Diretor de Manutenção

#### **Conselho de Administração**

Sergio Moniz Barretto Garcia  
Conselheiro

Roberto Paolini  
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega  
Conselheira

#### **Contador**

Fernando Vinícius de Lima  
CRC – SP 305385/O-9